

Ocupação da Escola de Arquitetura e Design da UFMG: exercício de autonomia coletiva

Occupation of the School of Architecture and Design of UFMG: An exercise of collective autonomy

Patrícia Cioffi de Mattos*

Resumo

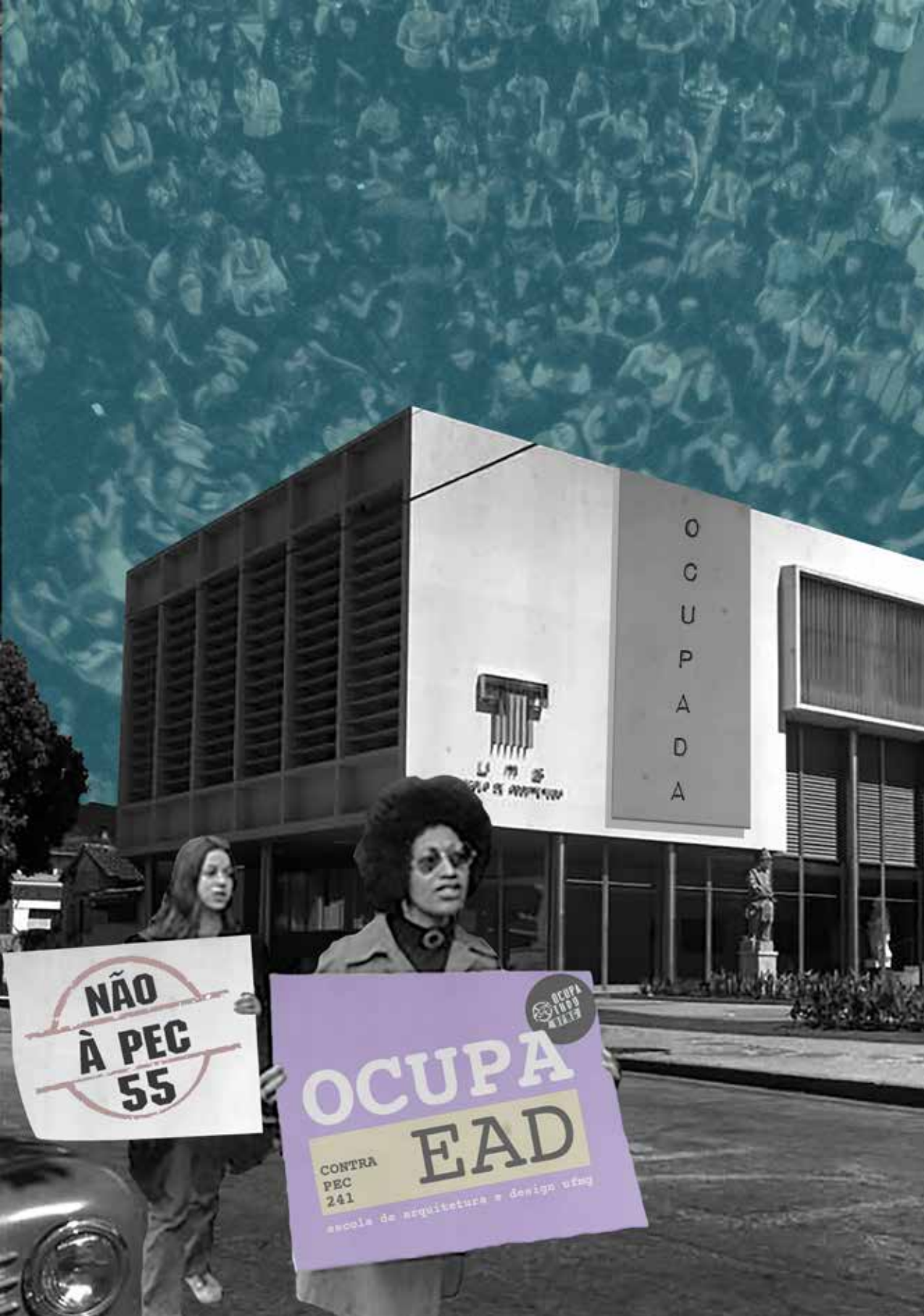
Este artigo visa analisar criticamente o movimento das ocupações de escolas e universidades contra a PEC55 em 2016 no Brasil, especialmente a ocupação da Escola de Arquitetura e Design (EAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Belo Horizonte, como um exercício de autonomia coletiva. Ao ocuparem os edifícios, os estudantes definiram suas próprias regras e delimitaram um novo território, e o espaço, antes visto como apenas de ensino e de educação, passa a ser encarado como um espaço público em sua essência, ou seja, onde se tratam os assuntos relativos à comunidade. Além de reivindicarem seus direitos – como em qualquer forma de protesto – os alunos vão além e defendem um novo modo de viver coletivamente, questionando tanto o modo vigente, quanto aquele que surgiria com a aprovação da PEC55. Nesse momento de experimentações, viu-se a oportunidade de elaboração de novas interfaces e intervenções urbanas com a intenção de informar e estabelecer novas interações e apropriações do espaço. Será analisada a forma de organização da ocupação e a distribuição de tarefas cotidianas em vias de avanço na discussão acerca da horizontalidade e liderança. Os estudantes da EAD experimentaram uma prática de auto-organização, de sociabilidade, de exercício político, de ativismo e reinvenção do cotidiano, uma experiência de autonomia coletiva.

Palavras-chave: Autonomia; ativismo; ocupação; organização; território.

Abstract

This article aims to analyze the movement of school and university occupations against PEC55 in Brazil in 2016, especially the occupation of the School of Architecture and Design (EAD) at the Federal University of Minas Gerais (UFMG) in Belo Horizonte, as an exercise of collective autonomy. By occupying the buildings, the students defined their own rules, and the space, once seen as only of education, is seen as a public space in its essence, that is, a space where community matters are dealt with. In addition to claiming their rights – as in any form of protest – students go beyond and advocate a new way of living, questioning both the current way and that which would come with the approval of the government's proposal. At this moment of experimentation, we saw the opportunity to elaborate new interfaces and urban interventions with the intention of informing and establishing new interactions and appropriations of space. It will be analyzed the organization of the occupation and the distribution of everyday tasks in the process of advancing the discussion about horizontality and leadership. The EAD students experienced a practice of self-organization, sociability, political exercise, activism and reinvention of everyday life, an experience of collective autonomy.

Keywords: Autonomy; Activism; Occupation; Organization; Territory.



Introdução

[...] a política não advém naturalmente nas sociedades humanas. Advém como um desvio extraordinário, um acaso ou uma violência em relação ao curso ordinário das coisas, ao jogo normal da dominação (RANCIÈRE, 2012. p.371).

Sem dúvida, o movimento de ocupações de escolas e universidades contra a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55), que marcou o ano de 2016 no Brasil, no contexto de um governo federal ilegítimo, é um exemplo de política e resistência às formas de dominação. Mobilizados contra a PEC 55 (antiga PEC 241), medida de alteração da constituição federal que limita o teto de gastos do governo federal por 20 anos e contra a proposta de reforma do ensino médio que prevê alterações profundas no currículo do ensino médio público nacional sem nenhuma participação dos professores no processo, milhares de estudantes secundaristas e universitários de todo o país resolveram ocupar suas escolas em vista de barrar tais medidas.

Entende-se o movimento das ocupações como uma nova forma de ativismo político, o qual não representa somente uma maneira de reivindicar um direito – como acesso à educação – mas vai além e demonstra “a repugnância pela vida que somos forçados a viver” (Comitê Invisível, 2016. p.57). As ocupações vêm reafirmar outros valores e colocam o coletivo como força motriz. Frente ao crescente processo de financeirização das cidades, a coletividade se torna ponto crucial para a resistência e é o fundamento do ato de ocupar.

Este artigo pretende iniciar uma discussão crítica a respeito da ocupação em Belo Horizonte da Escola de Arquitetura e Design da UFMG, entendendo seus limites e possibilidades. Estruturado em sete sessões, o trabalho se inicia com uma contextualização das ocupações no país e consequências da PEC55 nos âmbitos

sociais. Em seguida, na terceira sessão, é apresentada a ocupação da Escola de Arquitetura e Design (OCUPA EAD) com suas especificidades, agenciamentos, e funcionamento da dinâmica interna. A quarta sessão é dedicada às ações externas que envolvem elaborações de interfaces e intervenções urbanas com o intuito de informar e promover um debate acerca da PEC55 com o resto da cidade. A quinta sessão discute as formas de (auto)organização da ocupação e seu processo de tomada de decisões utilizando a ideia de liderança distribuída. Na sexta sessão, é discutido o conceito de território no contexto da ocupação, o que configura novas relações de poder, e o conceito de autonomia coletiva, entendida como um processo sendo exercitado. Por fim, as considerações finais abordam a OCUPA EAD como um processo de experimentação e aprendizagem com fissuras e contradições que apontam para uma construção coletiva e ampliação do imaginário político.

Ocupações contra a pec 55: breve contextualização

O Brasil já havia passado por uma onda de ocupações em escolas no estado de São Paulo, que ganhou repercussão nacional em novembro de 2015, quando estudantes secundaristas ocuparam mais de 200 escolas contra uma medida de reorganização escolar da rede pública proposta às pressas pelo governo de Geraldo Alckmin que propunha o fechamento de 94 escolas em todo o estado. O movimento articulado por estudantes, que ficou conhecido como “primavera secundarista” – analogia ao movimento do oriente médio “primavera árabe” de 2011 –, conseguiu suspender, ao menos temporariamente, a implementação da iniciativa que prejudicaria mais de 311 mil alunos e 74 mil professores.

A “Primavera Secundarista” foi uma ação política da juventude brasileira importante – e inesperada –, e alguns autores, como

o filósofo Peter Pál Pelbart, acreditam que o movimento dos estudantes paulistas “passará para a história como um dos gestos coletivos mais ousados da história recente do Brasil” (PELBART, 2016. p.5). Ousados, porque se posicionaram de maneira contundente contra medidas que colocam em risco a qualidade e acesso à educação no país. Com isso, eles demonstraram que, diferentemente do que o senso comum prega, os jovens brasileiros estão interessados em política e estão dispostos a fazê-la com seus próprios corpos.

Em 2016, o motivo das (re)ocupações das escolas – e agora também das universidades – foi a oposição a um projeto mais amplo que a reforma paulista, a Proposta de Emenda Constitucional 55, lançada pelo governo do presidente Michel Temer. A PEC 55 ou PEC do Teto, propõe o congelamento de gastos públicos pelas próximas duas décadas com o objetivo de contornar a crise econômica vigente no Brasil. A primeira escola a ser ocupada foi o Instituto Federal de São Paulo, no dia 21 de setembro de 2016.

O motivo dos estudantes serem contrários à aprovação da PEC 55 é que ela representa um retrocesso social. O argumento do governo sobre a necessidade de corte de gastos se torna questionável na medida em que a proposta prevê o congelamento do orçamento do executivo – onde, via de regra, são mantidos os recursos dos direitos sociais – e não impõe limites, por exemplo, aos gastos com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, que consomem quase metade (45%) do dinheiro da União. Dessa forma, diversas áreas como saúde, educação e assistência social irão ter um limite de gastos anual, com correção de acordo com a inflação do último ano. Tal limitação implica uma provável piora nos serviços, visto que historicamente, os gastos nas áreas de saúde e educação crescem todos os anos em um ritmo acima da inflação.

Em relação à área de Educação, segundo o ex-ministro da

Educação Renato Janine Ribeiro, a PEC55 irá limitar o acesso e inclusão à educação pública, pois os novos alunos que irão ingressar nas escolas irão demandar mais investimentos do que o acréscimo da reposição inflacionária. A área de educação no Brasil – especialmente a pública – pode ficar estagnada e não contemplar os novos alunos que vão surgir com o aumento natural da população do país. A PEC 55 demonstra como a prioridade de investimentos futuros não está no âmbito social, pois ela visa cortar gastos justamente nessa área. Num dos países com maior desigualdade social e distribuição de riquezas do mundo, os mais pobres são os mais prejudicados com as medidas propostas pela emenda.

Os contrários às ocupações dos estudantes alegam a ilegalidade da ação por impedir os outros alunos de exercerem o direito de estudar, ferindo o direito de ir e vir, presente no artigo 5, inciso XV da constituição federal. No entanto, alguns órgãos importantes consideraram as ocupações legítimas, como o Ministério Público do Paraná que invocando o artigo 205, alegou que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma, as ocupações foram consideradas como uma prática de cidadania dos estudantes.

De acordo com o website “pec55.info”, desenvolvido por alunos e professores da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, foram ao todo, mais de 1400 escolas, universidades e institutos federais ocupados durante o período, que se iniciou no fim do mês de setembro de 2016. Segundo David Harvey (2012), “o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado” (HARVEY, 2012. p. 61). Frente a uma presidência cuja ascensão

ao poder se deu após um impeachment que segue sendo contestado, com a finalidade de apresentar medidas de corte de investimentos sociais, a resposta encontrada pelos estudantes foi ocupar. Colocando seus corpos no espaço público, como sugere Harvey, mas desta vez não somente nas ruas, mas nos edifícios públicos – em alguns casos até particulares, como as universidades privadas que foram ocupadas – viu-se emergir uma nova forma de mobilização. Como relembra Giovanni Alves (2012):

Há tempos o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil, e o Zapatismo, no México, valem-se de estratégias de ocupação como tática de luta e visibilidade social. Eles nos ensinaram que, hoje, a luta contra o capital global que desterritorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa e descentralizada (os novos movimentos sociais não têm um líder) (ALVES, 2012. p.33).

Pode-se dizer que o movimento das ocupações realizadas em 2016, inspirado na “primavera secundarista” de 2015, ampliou o imaginário em tempos de apatia política. Sabe-se, entretanto, que o suposto desinteresse geral dos cidadãos pela política, ao contrário de ser o motivo da pouca participação social é, na verdade, produto do modelo social heterônomo brasileiro e a alienação é, portanto, estimulada (SOUZA, 2010).

De acordo com Jacques Rancière (1996) “antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos” (RANCIERE, 1996. p.373). No caso das ocupações das escolas públicas e universidades, o espaço, antes visto como apenas de ensino e de educação, passa a ser encarado como um espaço público em sua essência, ou seja, um espaço onde se tratam os assuntos relativos à comunidade. Surge uma nova configuração do mundo sensível em que os atores são os estudantes e, a escola, um objeto do conflito, pois coloca em discussão questões acerca da propriedade privada,

do direito de ir e vir, do conceito de espaço público, dentre outros. Ao ocuparem os edifícios, os estudantes estão fazendo política e, além de reivindicarem seus direitos – como em qualquer forma de protesto –, defendem um novo modo de viver, questionando tanto o modo atual, quanto aquele que surgiria com a aprovação da proposta do governo. A disputa é, portanto, por novos modos de vida. O que se iniciou como uma atitude de se posicionar contra o que não se queria – no caso, a PEC 55 – acabou se expandindo para reflexões e proposições do que se queria, quais as maneiras de se viver desejáveis.

Ocupação da escola de arquitetura e design da ufm – ocupa ead

Diferentemente do movimento secundarista de 2015 em São Paulo, no ano de 2016, as ocupações contra a PEC 55 também atingiram as universidades. No estado de Minas Gerais, o primeiro prédio a ser ocupado na Universidade Federal de Minas Gerais contra a emenda foi o Centro de Atividades Didáticas 1 (CAD 1), no dia 19 de outubro. No dia 24 de outubro de 2016, a Escola de Arquitetura e Design (EAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi ocupada pelos estudantes. Todas as unidades ocupadas da UFMG eram localizadas no Campus Pampulha, exceto a unidade da EAD, cuja localidade é na Rua Paraíba, no bairro Funcionários. As demais unidades da UFMG que não se encontram na Pampulha (Medicina e Direito) não foram ocupadas. Isso confere o caráter específico da ocupação da EAD, pois essa é uma unidade inserida no meio da cidade, e não isolada dentro de um campus universitário. A relação da ocupação com a rua é então amplificada e mais direta, estabelecendo mais contato com a vizinhança e transeuntes. Tal diferencial foi explorado pelos universitários com atividades e interfaces realizadas na praça externa em frente à faculdade, que serão detalhadas mais à frente.

A articulação inicial para a ocupação da escola se deu a partir de uma reunião aberta, divulgada com o auxílio do DA (Diretório Acadêmico), realizada na sexta-feira (21/10/2016) anterior à semana da ocupação. O objetivo principal era uma ação de desobediência civil em repúdio a PEC 55 – até então PEC 241 – decisão alinhada com o movimento estudantil nacional. Ao longo dos quase dois meses de ocupação, o número de pessoas foi variável, havendo dias em que cerca de 100 pessoas dormiram na ocupação como demonstração de apoio ao movimento, mas pode-se apontar um número médio de presentes constantes entre 20 e 25 pessoas todos os dias. Nas assembleias, momentos de tomada de decisão coletiva relativos a questões internas e externas à ocupação, o número de pessoas era geralmente bem acima da média diária.

A organização da ocupação era feita de maneira compartilhada e, para isso, foram formados Grupos de Trabalho (GTs), que estabeleciam discussões internas e davam andamento em tarefas. Foram criados os grupos de trabalho: Comunicação, Articulação, Limpeza, Segurança, Cozinha e Programação. Os GTs se reuniam e definiam as regras e diretrizes gerais, e internamente, cada grupo combinava regras internas entre os seus membros ativos.

O grupo de Comunicação era responsável por pensar e desenvolver ferramentas, formas e material gráfico para informar a comunidade sobre acontecimentos, eventos, decisões e fatos relevantes acerca da ocupação e da PEC 55. O grupo de Articulação estabelecia comunicação e diálogo com outras ocupações estudantis, seja dentro da UFMG ou externas, como por exemplo, as ocupações dos secundaristas. A função do GT de Segurança era zelar pela integridade do espaço físico e pela segurança de todos os presentes na ocupação, bem como atentar para possíveis atos contra o patrimônio da Escola. O grupo de Limpeza garantia a manutenção do espaço limpo e organizado, mas essa era uma colaboração solicitada para todos.

O grupo de trabalho da cozinha era responsável pelas refeições da ocupação e foi um dos diferenciais da Escola de Arquitetura e Design em relação às outras ocupações da UFMG, pois os alimentos eram preparados no espaço público. Havia uma cozinha móvel – cujo detalhamento virá mais a frente – que ficava na maioria dos dias, com exceção dos dias chuvosos, instalada na praça externa em frente à escola. Desta maneira, era possível visualizar os alunos cozinhando juntos no espaço público [Fig.1] e quem passasse na rua e tivesse interesse, poderia se agregar ao grupo.

[Fig. 1] – Praça externa com Cozinha Comum à direita
 Fonte: Página do Ocupa EAD no Facebook



A boa alimentação – nutritiva e saudável – foi um aspecto muito priorizado na ocupação da Escola de Arquitetura e Design. Transformando o momento de preparação de alimentos em um processo coletivo de aprendizagem e cooperação, eram elaborados cardápios contendo majoritariamente legumes, grãos, verduras e frutas. Além de mais baratas que outros produtos industrializados, essas opções estimulavam a criatividade na hora de cozinhar e de definir o prato do dia. O momento de se alimentar foi também de troca de experiências e saberes e configurou mais um espaço de aprendizado na ocupação.

O GT da programação definia quais seriam as atividades a serem realizadas na ocupação. As atividades oferecidas eram muito variadas e o objetivo foi conciliar ações de cunho mais informativo e político com outras de lazer/entretenimento, como ioga, desenho, cinema, saraus, entre outros. A seleção do conteúdo e das pessoas convidadas era feita com base na rede de contatos dos alunos, e a programação era aberta. Foram realizados aulões com temas distintos, como discussão sobre a PEC 55, grupos de estudos; oficinas; rodas de conversas; exibição de filmes; palestras; café da manhã e almoços coletivos; exercícios físicos e tudo mais o que alguém quisesse propor.

Durante as atividades e ao longo da ocupação como um todo, o espaço da universidade foi resignificado com outros usos. Salas de aulas foram usadas como dormitórios, corredores como depósitos, o hall de entrada como área de oficinas e a praça externa reunindo diversos usos, inclusive sala de aula, aberta ao público. Todas as atividades eram abertas e qualquer pessoa poderia participar.

Ações externas e interfaces

A ocupação da EAD foi um momento de expansão – e desconstrução – da sala de aula, na qual estavam sendo repensados e problematizados os modelos de ensino e, sobretudo, a prática arquitetônica. Considera-se aqui a arquitetura como a “transformação do espaço pelo trabalho humano” (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008. p.9). Com essa abordagem, a arquitetura é encarada como um processo e não como um produto acabado e extraordinário (BALTAZAR, 2016). Nesse sentido, o arquiteto possui um papel importante – e responsável – de iniciador de transformações sociais, sabendo que a transformação social não será feita por ele, mas pode ser fomentada por sua prática.

Durante a ocupação, foi possível experimentar uma outra prática de arquitetura que não se restringe apenas à construção de edifícios, mas à construção de relações, espacialidades e afetos. Uma prática menos formalista, hierárquica e prescritiva, que privilegia o espaço vivido sobre o concebido. Muitos alunos relataram que aprenderam mais na ocupação do que com as disciplinas dos cursos de arquitetura e design. Era como se ali tivesse sido criado um novo espaço de aprendizado, onde a teoria, muitas vezes abstrata, das salas de aula, pudesse ser vivenciada na prática e de maneira coletiva. Além da programação diária de atividades, foram propostas algumas ações externas à ocupação buscando expandir o movimento em outras partes da cidade. O principal objetivo foi produzir materiais e interfaces para informar as pessoas sobre a PEC 55 e quais as consequências que sua aprovação pode acarretar no país. Segundo Baltazar (2016), interface:

É uma estrutura que depende da interação para definir temporariamente a organização espacial. Assim, uma interface no sentido aqui proposto é também uma estrutura que media a organização dos espaços sem os determinar (BALTAZAR, 2016. p.3).

As interfaces funcionam como dispositivos, que podem ser tanto informativos quanto de mobilização, interação e/ou comunicação. Viu-se assim, na ocupação, uma oportunidade para a invenção colaborativa de novas interfaces, principalmente informativas. No contexto brasileiro, em que a maioria da população se informa por meio da mídia de massa, controlada por algumas corporações de grande influência política, definiu-se a importância da disseminação da informação em relação à PEC 55, seus mitos e repercussões. Como dito anteriormente, a emenda foi colocada pelo governo como a única solução para a crise no país e apresentada com uma linguagem técnica muito distanciada do entendimento da maioria da sociedade. A intenção das ações era, portanto, esclarecer o que realmente é a PEC 55, quais os interesses por trás dela e qual o impacto da sua aprovação no cotidiano das pessoas. Duas cartilhas foram elaboradas com esse objetivo.

Para articular melhor as ações externas, foi criado um grupo de trabalho de Intervenção Urbana. O GT organizou panfletos no centro, em praças, no metrô, em ônibus e no entorno da EAD com a distribuição das cartilhas produzidas. Foram feitas projeções em edifícios no centro da cidade com vídeos informativos e provocações acerca da PEC 55 (figura 2). Outras ações foram o “Cafezinho contra a PEC”, que consistia em oferecer café para as pessoas como uma forma de aproximação para iniciar uma conversa sobre a PEC55 nos arredores da universidade e o “PEC Man”, um dispositivo informativo instalado em pontos de ônibus que, fazendo alusão ao jogo dos anos 1980 “Pac Man”, explicava de que maneira a PEC 55 poderia “engolir” as áreas de saúde, educação, transporte, aposentadoria e salários.

Além das ações externas, pode-se dizer que a principal interface articulada dentro da ocupação era a estrutura da cozinha. Alguns alunos, com um projeto de conclusão de curso ainda em andamento, chamado “Cozinha Comum Itinerâncias”,

[Fig.2] Projeção sobre a pec 55 em edifício no centro de Belo Horizonte.

Fonte: Lucca Mezzacappa, 2016.

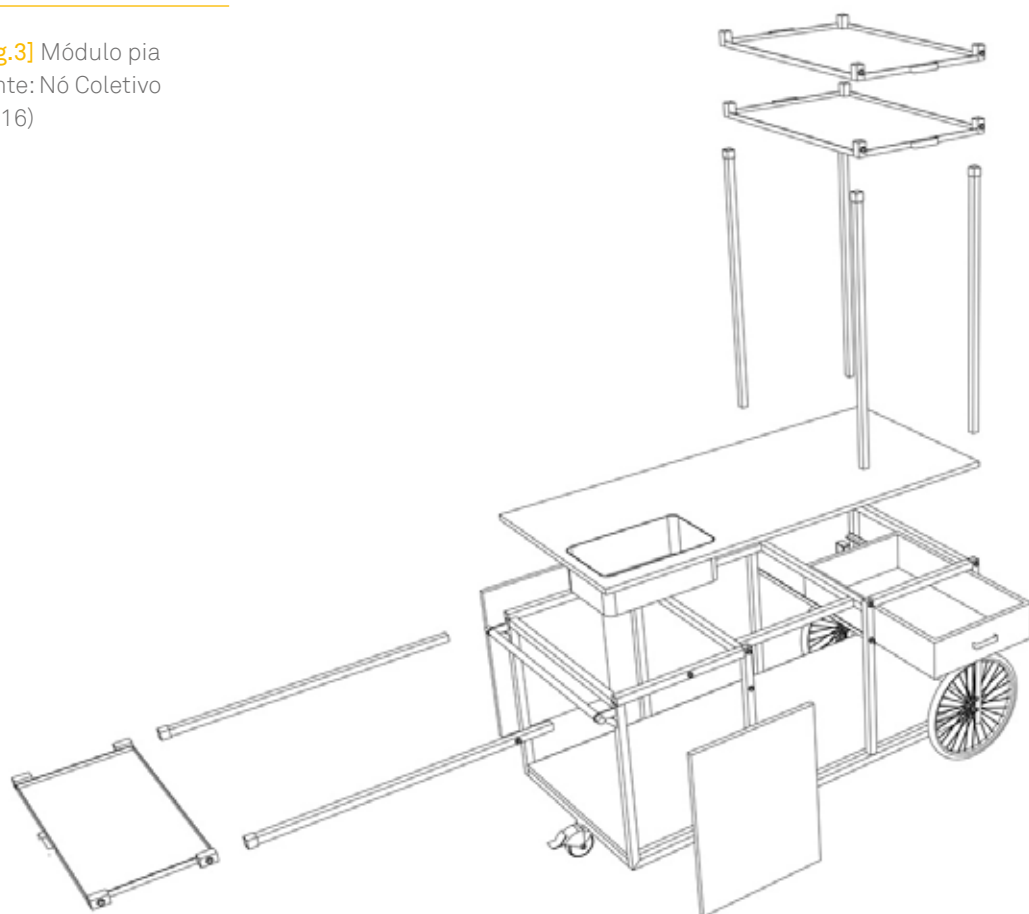


patrocinado pelo edital Rumos do Itaú Cultural, juntamente com integrantes do escritório-oficina “No Prumo”, desenvolveram e construíram uma unidade de cozinha móvel estruturada em dois módulos: pia (figura 3) e fogão (figura 4). As estruturas dispunham de rodas e hastes similares a de um carrinho de mão que permitiam que fossem transportadas com facilidade para outros ambientes. Segundo seus idealizadores:

Tudo pensado de forma a promover diálogos entre os usuários, o uso do espaço público re-estruturado e re-significado com a presença do dispositivo e atrair as pessoas através da criação de uma espacialidade e estratégias de comunicação gráfica (cartazes, varal de receita, letreiro do carrinho) (FLORES; LOBATO; NERY, 2016. p.35).

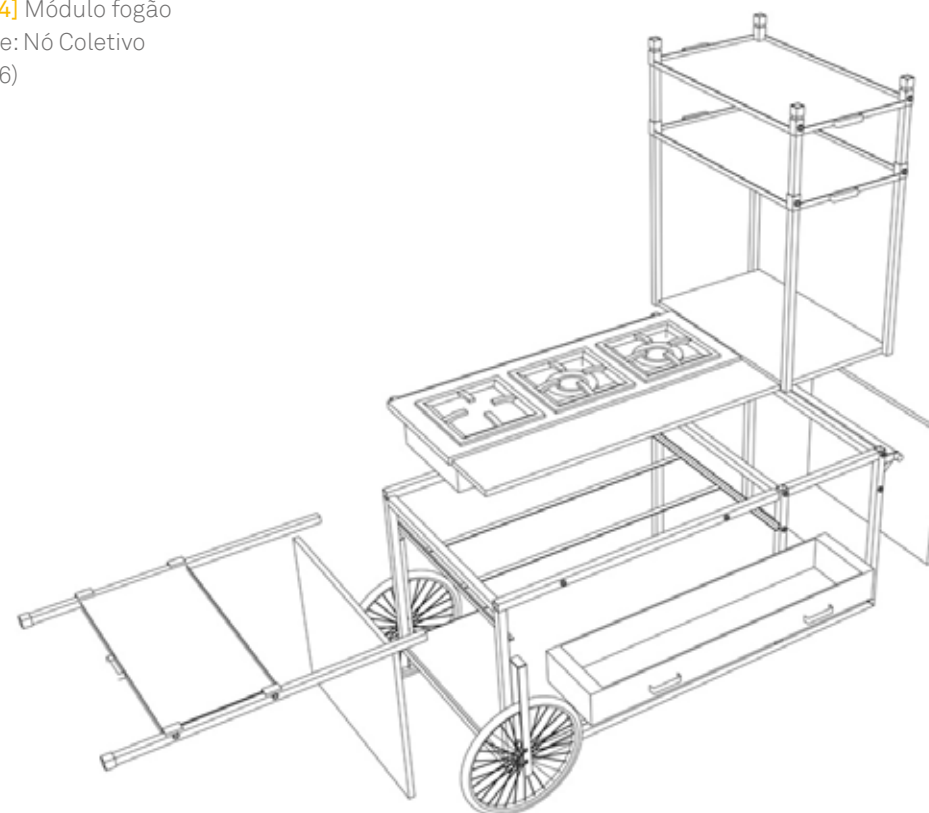
A estrutura da cozinha funcionou como um atrativo e foi um forte catalisador da ocupação. Muitas vezes não era necessário convidar as pessoas para se aproximarem, pois a própria estrutura ambulante já chamava atenção suficiente para atrair curiosos. Além de proporcionar uma interação entre os próprios alunos, que trabalhavam juntos no processo de fazer as refeições diárias, era possível estabelecer contato com pessoas externas à ocupação.

[Fig.3] Módulo pia
Fonte: Nó Coletivo
(2016)



A Cozinha Comum pode ser considerada uma interface, uma vez que definia temporariamente a organização espacial, ao mesmo tempo em que promovia interações sociais entre os usuários. Funcionou como instrumento de conexão capaz de expandir as possibilidades de uso e apropriação do espaço na ocupação. A própria interface estimulava novas maneiras de interagir com o espaço público, que naquele momento foi ressignificado e se transformou temporariamente em cozinha, espaço de convivência, permanência e troca de saberes.

[Fig.4] Módulo fogão
Fonte: Nó Coletivo
(2016)



Organização da ocupação

A maioria dos estudantes definem a organização das ocupações como “horizontal e sem líderes”, pretendendo assim, configurar uma forma mais democrática de organização. Na prática, isso significa que não existe um representante ou um líder que toma as decisões a respeito do encaminhamento do movimento, nem uma hierarquia de distribuição do poder e, portanto, as decisões são tomadas coletivamente.

O que se percebe no discurso é que algumas noções são tomadas como premissas e servem de pano de fundo para a adoção dessa forma de organização. Uma delas é a visão de que qualquer forma de liderança é ruim e, por isso, o movimento não deve possuir líderes. Para aprofundar nessa discussão, introduz-se o conceito de “liderança distribuída”, do filósofo Rodrigo Nunes (2016). Para o autor, a maioria dos movimentos sociais que se definem como organizados de maneira “horizontal” e “sem líderes”, são na verdade, organizações em rede, onde existem lideranças e poder. O que diferencia a organização em rede das organizações formais é que a distribuição de poder não acontece de forma hierarquizada, mas sim, difusa.

A liderança não deve ser vista como algo inerentemente ruim, ao contrário, deve ser encarada como um elemento necessário da organização em rede, mas que necessita ser gerenciado, de modo que a distribuição de poder não se torne rígida e/ou concentrada demais (NUNES, 2016). Ao invés de apenas um líder ou nenhum, mais adequado seria dizer que o movimento possui vários, que atuam em diferentes momentos e escalas, ou seja, que existe uma liderança distribuída. Dessa forma:

Dizer que a liderança é “distribuída” significa dizer que, na ausência de estruturas e procedimentos explícita ou implicitamente acordados entre todos os atores, essa função não está concentrada, em princípio, em lugar algum – e pode, portanto, cir-

cular de acordo com o grau de adesão e apoio que diferentes iniciativas consigam atrair (NUNES, 2016, p.17).

Nunes (2016) se posiciona contrário ao ideal de horizontalismo nos movimentos, pois esse pode ser muitas vezes imobilizador. A noção de que “as redes seriam formas organizativas intrinsecamente democráticas” (NUNES, 2016, p.13) opera como uma redução do movimento à sua forma, o que dificulta o exercício da autocrítica.

Deve-se entender a horizontalidade não como um ideal a ser alcançado, pois, na prática, não é possível existir horizontalidade absoluta e, sim, um processo de relação de forças que podem ou não estar em equilíbrio. E há contradições internas e fissuras inerentes ao processo que, uma vez reconhecidas, podem ser atenuadas por meio da autocrítica constante. Dessa forma, não se cria uma polarização entre movimentos verticais que são ruins por natureza em contraponto com movimentos horizontais, por sua vez, democráticos por natureza. Os movimentos são, antes de mais nada, uma mistura de ambas as formas, podendo existir estruturas de organização e situações mais ou menos verticais e horizontais, dependendo de como forem conduzidas.

Em vista disso, a ocupação da Escola de Arquitetura e Design não é um movimento sem organização, mas um movimento auto-organizado em rede, com lideranças distribuídas. De fato, não existe um único líder, mas vários, com maiores e menores graus de influência e decisão. Essas lideranças são muitas vezes facilmente identificadas pelos próprios integrantes do grupo, percebendo que uns são mais pró-ativos que outros. Reconhecer a organização e liderança como importantes desmitifica a ideia de organização como sendo apenas aquela estrutura formal e hierárquica, como a dos partidos políticos e sindicatos. Consequentemente, abre espaço para se pensar e criar novas formas de organizações mais democráticas e menos autoritárias.

Território e autonomia

A ocupação pelos alunos na Escola de Arquitetura e Design fez com que ali se criasse um novo território. Desmitificando a ideia de território apenas associado ao Estado-Nação, Souza (2009) determina que o “território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2009. p.78). Sabe-se que o poder não é uma qualidade localizada em alguma instituição ou em um ser, mas sim uma relação de forças (FOUCAULT, 1988). Isso significa que o território se caracteriza como algo além do espaço (social), pois possui um caráter político. No momento em que os estudantes decidem ocupar a universidade, as relações de poder são alteradas e consequentemente cria-se uma nova territorialidade, definindo-se outros limites e outras fronteiras.

O território pode ser demarcado em diversas escalas e noções de tempo, inclusive ser temporário, como foi o caso das ocupações. Durante o tempo em que o prédio esteve ocupado, novas relações e fronteiras foram estabelecidas pelos ocupantes. A relação de poder entre professor e aluno nos limites da escola, por exemplo, se inverteram. Eram os discentes que definiam horários específicos que alguns professores e técnicos administrativos poderiam entrar no prédio para pegar algum material ou exercer algum tipo de trabalho considerado essencial. Da mesma maneira, as demandas particulares de outros alunos para acessarem alguma sala era negociada com os ocupantes.

A temporalidade da ocupação, no entanto, não elimina a geração de identidade sócio-espacial do grupo circunscrita no território.

O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia
(SOUZA, 2009. p.109).

Ao ocupar, os alunos, além de tomarem a posse do edifício como forma de contestação, visibilizando e enfatizando o sentimento de pertencimento, experimentaram uma prática de auto-organização, de sociabilidade, de exercício político, de cidadania e reinvenção do cotidiano, uma experiência de autonomia coletiva. Baseado nos estudos do filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis (1983), Souza (2009) define autonomia como “o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias” (SOUZA, 2009. p.105). Segundo o autor, a autonomia é um caminho rumo a uma realidade com mais liberdade e menos desigualdade, o que seria a base para o desenvolvimento (SOUZA, 2009). Considera-se, nesse estudo, a autonomia coletiva em detrimento da individual, ou seja, aquela “que é a auto-regra consciente e explicitamente livre de uma determinada sociedade, com base em garantias institucionais e materiais concretos de chances iguais de participação nos processos de tomada de decisão socialmente relevantes” (SOUZA, 2006. p.330).

Mais do que uma experiência de participação social, a ocupação da EAD foi um exercício de construção de autonomia temporária. Entende-se que “a ideia de participação indica que as pessoas estão autorizadas a participar das tomadas de decisões, sem, no entanto, serem capazes de mudar suas normas” (KAPP, BALTAZAR, 2012.p.1). Não foi, todavia, o que ocorreu. Os universitários definiram suas próprias regras naquele espaço e tempo determinados, exerceram assim, autonomia. “Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território” (SOUZA, 2009. p.106), mas nem por isso é uma sociedade com ausência de poder, como já foi mencionado.

Uma das intenções dos estudantes em relação à gestão e tomada de decisões foi uma tentativa de democratização do espaço. E até mesmo essa decisão de rumo à democracia direta e não representativa, foi decidida de maneira democrática – ou

com um esforço para sê-la. Segundo Souza (2002) “a democracia é um princípio sem fim e as tarefas de democratização só se sustentam quando elas próprias são definidas por processos democráticos cada vez mais exigentes” (SOUZA, 2002. p.75).

Por meio da assembleia geral, forma adotada pela ocupação da EAD para discussões e decisões [fig.5], era possível que grupos minoritários ou socialmente vulneráveis se expressassem mais facilmente, diferentemente do que ocorre no sistema de governo representativo em vigor, em que as minorias não são representadas (SANTOS, 2002). Assim, foi possível balizar questões de gênero, etnia, orientação sexual e outras interseccionalidades nas tomadas de decisão coletiva. A representação no sistema atual denominado democracia representativa, retira da população o poder de decidir.

Parte-se do suposto de que não é viável que todos tenham o direito de participar diretamente da tomada de decisões, advogando-se a legitimidade das decisões tomadas por aqueles que, uma vez livremente eleitos pelo coletivo mais amplo, teriam o direito de decidir em nome dos demais[...]

(SOUZA, 2010, p. 324).

A experimentação vivida pelos universitários e secundaristas funciona como uma crítica ao modelo representativo vigente e vai além, exercitando e testando novas maneiras de se organizar e viver. Nessa experiência, a coletividade possui papel fundador, simplesmente porque a estrutura não funcionaria sem tal premissa. Nunes (2016) alerta, entretanto, que:

Quando é tomada como único centro legítimo de todas as atividades de tomada de decisão, a assembleia passa a representar o movimento como um todo, de forma que iniciativas vindas de qualquer outro lugar são vistas como abusos de procedimento ilegítimos ou tentativas mal-intencionadas de usurpação, independentemente de quão relevantes ou



[Fig.5] Assembleia geral na EAD para decisões coletivas
Fonte: Lucca Mezzacappa, 2016.

úteis sejam e do quão limitada uma assembleia (por maior que seja) ainda é (NUNES, 2016. p.13).

Não é sempre possível incluir todos os tipos de identidades sociais numa mesma assembleia e nem por isso, essa deixa de ser legítima. Da mesma maneira que não é possível – e nem desejável – que haja um consenso entre todas as pessoas. Essa é a importância da auto-crítica dentro do movimento, reconhecendo que os limites advindos do processo de horizontalidade são constitutivos e não acidentais (NUNES, 2016).

Considerações finais

O que se iniciou como uma ação de repúdio a uma proposta de emenda constitucional que coloca em risco o futuro da educação no Brasil se transformou em um ensaio de vida política e de resistência, de repensar padrões e encaminhamentos políticos vistos como naturais, de inventividade coletiva, de auto-organização, de dissidência, de insurgência, de experimentalismo democrático, de ativismo, de exercício de autonomia, de dissenso.

[...] Como alargar o campo da política, ou pensar a dimensão política das formas de vida, e da sensibilidade que lhes corresponde, ou, para formulá-lo de maneira ainda mais precisa: como pensar a própria política à luz dessa questão das formas de vida que lhe antecedem? (PELBART, 2016. p.16)

Essa é a questão que Pelbart (2016) nos coloca. A ocupação da Escola de Arquitetura e Design da UFMG contra a PEC 55 foi uma das tentativas de resposta para essa pergunta. Um passo – largo – foi dado pelos secundaristas e universitários de todo o país rumo a emancipação política e social. Talvez ainda seja difícil

ter o distanciamento necessário para avaliar as mudanças e construções advindas desse processo, mas há a certeza de que elas existiram. Muitos, provavelmente questionarão a efetividade do movimento frente a aprovação da PEC 55 em segundo turno no senado do dia 13 de dezembro de 2016. No entanto, essa talvez seja uma pergunta irrisória. O descontentamento contra a PEC foi apenas o estopim de um longo processo de aprofundamento da desigualdade por meio da neoliberalização e financeirização das cidades e priorização do privado em detrimento do público. O motivo das ocupações foi se posicionar contra a PEC, mas o objetivo sempre foi outro – ou outros –, muito além da não aprovação da emenda. Experimentar. Novas formas de vida, novas configurações de mundo, novas identidades, novos afetos e novos valores.

E, assim como a própria sociedade, essas coletividades autônomas temporárias também apresentam fissuras, paradoxos e contradições. É o conflito que lhes fazem legítimas. O que ocorreu em 2015 em São Paulo e deu prosseguimento com as ocupações em 2016, aparece como um fôlego para uma nova disputa, uma disputa sensível de um novo imaginário político. Para os próximos passos, voltemos à utopia, é ela que nos permite avançar.

* **Patrícia Cioffi de Mattos** Arquiteta urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais-MG.

Ilustração de abertura do artigo
produziada pela bolsista indisciplinar
Juliana Hermsdorf

referências

BALTAZAR, Ana Paula. *Architecture as interface*: a constructive method for spatial articulation in architectural education. Architectural Research Addressing Societal Challenges - International Conference of EAAE (European Association for Architectural Education) and ARCC (Architectural Research Centers Consortium). Lisboa, 15 a 18 de junho de 2016 (livro Taylor & Francis no prelo).

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. *Assessoria técnica com interfaces*. IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016.

FLORES, Thiago; LOBATO, Paula; NERY, Ceci. *Cozinhar e Resistir*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Design, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

HARVEY, David. *O direito à cidade nas manifestações urbanas*. Tradução por Artur Renzo, Blog da Boitempo, 29 ago.2013. (originalmente publicado em inglês The Occupied Times of London, de agosto de 2013). Disponível em < <https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/29/o-direito-a-cidade-nas-manifestacoes-urbanas-entrevista-inedita-com-david-harvey/> > Acesso em: 16/01/2017.

HARVEY, David; ŽIŽEK, Slavoj; ALI, Tariq; et al. *Occupy*: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

INVISÍVEL, Comitê. *Aos nossos amigos* – Crise e insurreição. São Paulo: N-1 edições, 2016.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula, 'The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy'. In: *Bulletin of Latin American Research*, 2012, Journal of the Society for Latin American Studies, Malden: Blackwell.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.

NUNES, Rodrigo. Liderança Distribuída. Piseagrama, Belo Horizonte, v.09, p.10 a 19, set.2016.

PELBART, Peter Pál. Carta aberta aos secundaristas. In: *Caixa Pandemia de cordéis*. São Paulo: N-1 edições, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: *A crise da razão*. Organizador: Aduauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. No Brasil, os gastos mais justos são os primeiros a ser cortados [07/10/2016]. Entrevista concedida a Rodrigo Martins. In: *Carta Capital*. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/2016-10-07-no-brasil-os-gastos-mais-justos-sao-os-primeiros-a-serem-cortados2016> > Acesso em: 19/02/2017.

SANTOS, B. D. S. (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, , p.1-78, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?. In: *Lastro*, UFSC, 2012. (originalmente publicado em jornal Passa Palavra em 27 de abril de 2012). Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=56901> > Acesso em: 15/01/2017.

_____. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 321–386, 2003.

_____. 'Together with the state, despite the state, against the state – social movements as 'critical urban planning' agents'. City, Vol. 10, No. 3, Dezembro de 2006.